

# AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA FRENTE AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

João Costa de Oliveira<sup>1</sup>  
Pedro Ivan Christoffoli<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho aborda a questão da sustentabilidade a partir da relação entre a agroecologia e economia solidária e destas com o modo de produção capitalista. Ante a eminência de uma catástrofe ecológica, líderes mundiais têm se reunido e tecido acordos que partem dos interesses do capital mundial articulados pelas nações centrais. Há o que se esperar desses acordos oficiais tomando-se a sustentabilidade em perspectiva? Agroecologia e economia solidária representam opção viável e coerente nesse cenário? Cotejando concepções diversas, toma-se a agroecologia como uma ‘matriz sociocultural’ que se forma das lutas e teorizações contraditórias ao paradigma ocidental de desenvolvimento, que reúne, sobretudo, experiências latinoamericanas e que se firma como uma totalidade alternativa. A economia solidária, figura, ao fim, como instrumento tático dentro da estratégia agroecológica.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Sustentabilidade; Modo de Produção; Matriz Sociocultural; Economia Solidária.

**Abstract:** This paper approaches the question of sustainability from the relation between agroecology and solidarity economy and from them to the capitalist mode of production. Faced with the eminence of an ecological catastrophe, world leaders have come together and fabricated agreements that depart from the interests of world capital articulated by the central nations. What is to be expected from these official agreements by taking sustainability into perspective? Agroecology and solidarity economy represent a viable and coherent option in this scenario? Contrasting different conceptions, agroecology is taken as a ‘sociocultural matrix’ that is formed from the struggles and theories contradictory to the Western paradigm of development, which gathers, above all, Latin American experiences and which is established as an alternative totality. Solidarity economy, in the end, is a tactical tool within the agroecological strategy.

**Keywords:** Agroecology; Sustainability; Mode of Production; Sociocultural Matrix;- Solidary Economy.

## Introdução

Com “a alta do nível dos mares e o clima cada vez mais extremo, ligado ao aquecimento global de responsabilidade do homem”, conforme notícia no portal UOL na internet e amplamente divulgada em diversos meios, líderes de mais de 140 países se reúnem nas proximidades de Paris na França, para buscar “acordo histórico” como o definem os principais meios de comunicação do mundo, visando, portanto, atenuar os efeitos do aquecimento global e do fenômeno *El Niño*. A piora no clima fez com que o ano de 2015 batesse recordes na alta de temperaturas e na ocorrência de eventos climáticos extremos que geraram prejuízos financeiros e destruição ao redor do planeta.

Além de chefes de Estado e de governos, a COP21<sup>3</sup> como é chamada, tem mobilizado “celebridades” do cinema e da música e mega-empresários como “o co-fundador Bill Gates da Microsoft, o fundador do Facebook Mark Zuckerberg, os bilionários George Soros e o príncipe saudita Alaweed bin Talal, além de Jack Ma, do chinês Alibaba”, listados pelo mesmo portal como “apoiadores” financeiros do possível acordo climático. Outra novidade

<sup>1</sup>Licenciado em Filosofia pela PUC-PR, é mestrando do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Laranjeiras do Sul - Pr. e-mail: Joacostapt@hotmail.com.

<sup>2</sup>Professor titular da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADRS/UFFS).

<sup>3</sup>A Conferência da ONU sobre o Clima encerrou-se em Paris no dia 12/12/2015, com um resultado histórico: o primeiro acordo global para a redução de poluentes na atmosfera que contribuem para com o aquecimento global. Apesar do “avanço”, muitas lacunas ainda persistem. Dentre elas, como serão arrecadados os 100 bilhões de dólares por ano para ser investidos pelos países ricos, no projeto?

é a “adesão” dos Estados Unidos, já que este país recusou-se a cumprir as metas do Protocolo de Kyoto de 1997, último acordo construído pelos países. Porém, numa conjuntura de acirramento do embate entre as nações capitalistas e o Estado Islâmico cujo conflito não pára de fazer vítimas, inclusive, no centro da Europa com atentados à população civil a exemplo do ocorrido na capital francesa, deixando 130 mortos em 13 de novembro de 2015, a iniciativa cumpre também uma tarefa de manifestar um clima de união entre as nações de cultura ocidental frente ao “terror” do Estado Islâmico (oriental).

Como de costume em reuniões do gênero, dificuldades aparecem quando se propõem algum freio às atividades econômicas mais nocivas, mudanças de matriz energética ou de matriz tecnológica que restringem a geração e circulação de riquezas entre as maiores corporações e os países centrais. Dificuldade semelhante se apresenta entorno das propostas que definem o *quantum* a ser investido pelos países (e corporações) no combate às emissões de poluentes agravantes da questão ambiental, ou, quando se incluem os temas da pobreza e miséria extrema em contraste com a acumulação de riqueza e poder por oligopólios e nações, no âmbito das negociações.

Diante do quadro e da dificuldade histórica experimentada nas malogradas tentativas de regulação de um sistema econômico como o capitalismo que, conforme Dussel (2012) é “auto-regulado e auto-referente” é que se impõe a necessidade de abordar a questão da sustentabilidade.

A problemática é tratada, primeiramente situando a agroecologia e a economia solidária historicamente e frente ao modo de produção capitalista. Depois, expomos algumas concepções que as situam como manifestações da própria lógica do capital e outras que as contrapõe à mesma. Realiza-se assim, um debate teórico sobre a necessidade de superação do modo de produção capitalista como condição para solução às questões que ameaçam a humanidade como a exclusão social e a destruição da vida e do planeta como um todo, tratadas superficialmente pelas Conferências Mundiais sobre o clima.

Nesta perspectiva toma-se a Agroecologia como ‘matriz sociocultural’ que se forma das lutas e teorizações contraditórias ao paradigma ocidental de desenvolvimento e que se firma como uma totalidade alternativa reunindo, sobretudo, experiências latinoamericanas. Com base na contribuição de Sevilla Guzmán (2011; 2013) expomos os elementos que elevam a Agroecologia como um novo paradigma (matriz sociocultural), que vem

se formando no interior do capitalismo, como contradição dialética, apoiando-se em princípios que subvertem sua lógica em todas as dimensões: econômica, social, cultural, científica, tecnológica e ambiental.

## **Situando a Agroecologia e a Economia Solidária**

Tanto a Economia Solidária quanto a Agroecologia nasce no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista e invariavelmente, como reação aos seus aspectos mais abomináveis: a exploração do trabalho proletário e a consequente concentração da riqueza nas mãos dos capitalistas pela expropriação privada e insustentável dos recursos naturais. Além da questão social, a Agroecologia conta também com o agravamento da questão ambiental na formação do contexto de seu nascimento.

Buscando situar as origens históricas da economia solidária, Singer (2002) destaca que:

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. [...] Por isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas (SINGER, 2002, p. 24-25).

O cenário europeu pós Revolução Francesa foi de constantes disputas e guerras cujo ciclo viria a se encerrar “apenas em 1815, após a vitória britânica sobre Napoleão em Waterloo” (SINGER, 2002, p. 25). Mas, o cessar dos conflitos bélicos trouxe a recessão econômica devido à dependência da geração de empregos pela indústria armamentista. Ao identificar as causas da depressão econômica, Owen teria apresentado em 1817 ao governo britânico um plano em que se previa a instalação de Aldeias Cooperativas e indústrias em que os trabalhadores poderiam produzir sua

subsistência fabricando produtos para si e que poderiam ser trocados entre aldeias quando excedentes.

Contemporâneo de Owen, Charles Fourier desenvolveu na França projetos semelhantes, porém, preservando a propriedade privada e aplicando outros princípios hoje praticados na economia solidária, como a divisão por igual dos lucros, conforme a parte investida em forma de trabalho, pelo talento ou capital. As idéias de Fourier foram implementadas por seus discípulos a partir de 1825 na França e mais tarde nos EUA.

Princípios como autogestão, solidariedade, igualdade, renda cidadã, democracia, lutas emancipatórias e o bem viver, são contraditórios às práticas e princípios operantes no capitalismo tais como a competição, a hierarquia, a heterogestão, o individualismo e o lucro. Enquanto a heterogestão “parece ser mais eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas”, a auto-gestão “promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários” (SINGER 2002, p. 23). Princípios diferentes para objetivos também diferentes: enquanto a empresa capitalista necessita de um máximo de exploração, a solidária busca um máximo de igualdade, além de tomada de decisão coletiva e transparente.

Para Singer, com base nos princípios da economia solidária poderá existir “uma alternativa superior ao capitalismo”, transformando-a de “paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo” (SINGER 2002, p. 120-121). Aponta, porém, que a economia solidária “terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários” (SINGER 2002, p. 121).

Já a Agroecologia tem seu advento marcado pelo contexto social e econômico do final do século XX em que as crises energética, financeira, alimentar e climática, ao lado da concentração de renda jamais antes vista, denunciam os limites relativos à sustentabilidade do modo de produção capitalista.

Seu recente aparecimento responde em parte, às consequências deletérias da modernização capitalista da agricultura que desde o primeiro quarto do século XX logrou êxito a partir dos EUA e Europa, alcançando os países em desenvolvimento a partir das décadas de 50 e 60 do mesmo século. A ‘Revolução Verde’ como ficou conhecida devido à promessa de acabar com a fome num mundo de crescimento populacional vertiginoso, aliou a produção industrial à agricultura introduzindo o uso da maquinaria no preparo do solo

e nas práticas de plantio, controle de ervas e pragas e colheita. Inseriu o uso de agroquímicos tóxicos e de sementes melhoradas por seleção, controle e mutação genética. Aliando interesses privados de bancos, indústrias e grandes mercadores com (e a partir de) iniciativas governamentais, a revolução verde experimentou rápida expansão por todos os continentes. Contudo, seu potencial destruidor não tardou aparecer o que provocou a busca por alternativas ao modo ‘moderno’ de se produzir na agricultura.

Diversas iniciativas se desenvolveram em contraposição à hegemonia da agricultura convencional. No entanto, cada forma esteve focada sobre uma dimensão específica, conforme o problema que elegia para combater. Assim, é possível destacar algumas escolas ou correntes de pensamento precursores da Agroecologia: Agricultura Biodinâmica; Agricultura Orgânica; Agricultura Natural; Agricultura Biológica; Agricultura Alternativa, entre outras. Em geral surgem nos países centrais, com exceção da Agroecologia que surge na América Latina a partir das populações agricultoras excluídas técnica e socialmente do modelo convencional. Une a questão Social e a Ambiental experimentando rápida difusão entre Organizações Não-Governamentais (ONGs), Movimentos Sociais Populares e, recentemente, esforços governamentais em países como a Bolívia, por exemplo.

A junção da agricultura com a ecologia não se dá por justaposição, mas, por um processo dinâmico, complexo e sistêmico que contempla além de bases científicas para uma agricultura sustentável (cf. ALTIERI, 2012), princípios e práticas que se estendem desde a esfera produtiva com o resgate de saberes milenares das comunidades de agricultores tradicionais e o incremento científico atual. É também, entendida como uma ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas (cf. CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Ou, um campo de conhecimento em que por um lado [a Agroecologia] é o estudo de processos econômicos e agroecossistemas, por outro é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (cf. GLIESSMAN, 2009). É vista também como uma ciência multidisciplinar, que abrange diversas áreas do conhecimento, estabelecendo bases para a criação de modelos de agricultura e estratégias que busquem a sustentabilidade do meio rural (cf. KHATOUNIAN, 2001). Estas rápidas ‘definições’, de certa forma incorporam à Agroecologia, diversos princípios

e práticas de todas as demais formas de agricultura listadas anteriormente, ao mesmo tempo em que identificam seu caráter mais amplo e complexo.

Porém, para outros autores como Sevilla Guzmán (2011; 2013), a Agroecologia possui uma “origem (teórica e em parte, prática) no pensamento marxista e libertário” que se desenvolve em alguns países centrais, mas, que ocupa, desde sua origem, a periferia do sistema econômico hegemônico na Modernidade – o capitalismo. Há uma trajetória histórica de contestação às bases teóricas e práticas do pensamento moderno central de caráter racionalista, empirista, positivista, iluminista e idealista que se desenvolve, quase que em paralelo, desde as lutas operárias na Europa da revolução industrial com uma espécie de sincronia com revoltas e movimentos populares latino-americanos que compõem a materialidade evolutiva que culminaria com o advento da Agroecologia no continente Latino-Americano no final do século XX, resgatando e afirmando práticas e conhecimentos milenares de povos tradicionais. Esta perspectiva considera:

Os movimentos agroecológicos não como uma mera reação aos destroços que o sistema capitalista de produção e consumo tem causado pela revolução verde nos âmbitos ecológicos locais ou globais. [...] Um terceiro aspecto de aprofundamento na análise marxiana de SEVILLA GUZMÁN em torno da importância do ‘metabolismo social’ proposto pelo Marx tardio, demonstra que é precisamente este conceito que permite revelar que as lutas históricas dos movimentos camponeses e indígenas, além de representar reivindicações políticas, societárias e culturais, também contêm uma dimensão de “dissidência produtiva” ao modelo capitalista industrial da produção de alimentos que se nutre da memória coletiva e da prática – atualmente, certamente, fragmentada e desfigurada, mas, apesar de tudo, presente – de uma forma de produção agroecológica de alimentos, baseado numa visão indígena-camponesa do “metabolismo social”, que é anterior à “fratura irreparável do metabolismo social” que deu origem à agricultura industrial (RIST, S.; DELGADO, F. apud SEVILLA GUZMÁN, 2013).

Seguem os autores que a Agroecologia a partir do “marxismo heterodoxo neonarodnista” e via uma “nova tradição dos estudos camponeses”, pode “incorporar uma dimensão fundamental para entender as lutas históricas e assim construir uma agricultura pós-capitalista”, “revigorando formas

produtivas indígenas, incorporando tecnologias modernas e reconstruindo o metabolismo social, humanizando a natureza e naturalizando o ser humano”.

## **Economia Solidária: um ‘novo modo de produção’ ou a manifestação da precarização do trabalho frente ao capital?**

Tal como demonstramos anteriormente, a economia solidária surge e se fortalece nos momentos de crise do modo de produção capitalista, arregimentando considerável contingente de trabalhadores. Para alguns autores como o citado Paul Singer, isto representaria uma virtude da economia solidária, pois, teria a partir de seus princípios, a capacidade de se mover com maior eficiência em relação às empresas capitalistas. Contudo, outros estudiosos criticam essa visão que classificam como ideológica (cf. WELLEN, 2008); como políticas emergenciais propostas por governos, visando a uma reação aos problemas causados pelo neoliberalismo e baseando-se num pretense ‘modo solidário de produção’ (cf. GERMER, 2006); como um instrumento de precarização do trabalho numa conjuntura de contra-reforma do Estado capitalista – ou, neoliberalismo (cf. SOUZA; NEVES, 2011).

Wellen busca demonstrar a ocorrência de inversões no seio da argumentação de autores como Singer (2002) que advogam em defesa da ‘economia solidária’ colocando-a como uma alternativa ao capitalismo e que enseja um novo modo de produção, caindo numa justificação pouco plausível da mesma, pois, como argumenta suas postulações não passam de fórmulas ideológicas que ao invés de revelar, mistificam a realidade. Sobre dois aspectos recaem as críticas do autor: “a transmutação do valor de troca em solidariedade e a transformação de qualidades solidárias em mercadorias” (WELLEN, 2008, p. 106).

Os recursos utilizados levam os defensores da economia solidária a “preconizar o uso do capital como uma escolha individual”, isto é, desconsiderando as determinações objetivas do capital, como se este não exercesse uma força ativa na totalidade social, mas, dependesse “da subjetividade de cada um de seus portadores”. Ocorre ainda, uma apologia ao mercado e à competição, sendo o primeiro “o espaço da liberdade humana” e a segunda “benéfica por oportunizar o melhor produto pelo menor preço” ao consumidor. As diferenças sociais não teriam aí sua origem, mas, nas ações e diferenças individuais. Portanto, necessita-se de maior regulação, pois, do

contrário, cresce o fosso entre perdedores e ganhadores na competição liberal.

Revelam-se, conforme Wellen, algumas confusões nesta compreensão. Na fase imperialista (ou monopolista), não há interstícios. O capital domina a totalidade da existência particular, o que impede a livre escolha do uso individual do capital e isso inviabiliza os empreendimentos solidários. Por outro lado, o mercado não significa um espaço de liberdade, mas, de concorrência em que os participantes não se movimentam com base em comportamentos moralistas e sim econômicos. Por isso, defender o mercado significa negá-lo como lócus da realização de mais-valia e, portanto de concentração de riqueza. Ao admitir a possibilidade de interstícios, confundem a atual fase com o pré-capitalismo onde ocorria a existência ainda de setores autônomos.

Há uma alta carga de ‘utopismo’ na economia solidária: ações parciais não submetem ou subvertem a totalidade. Se isto já era negado no início do capitalismo, na atual fase as restrições são ainda maiores. Portanto, apelar para a prática da solidariedade como um ato moral tornando-a um diferencial competitivo dos empreendimentos solidários frente aos rivais capitalistas significa atribuir-lhe “um valor de troca” sem transformar as condições objetivas de seus produtores. Consumidores cidadãos optariam por consumir produtos com tal selo e, formariam um nicho especial abstraindo-se do mercado do consumo massificado, que se manteriam como espaço predileto das empresas capitalistas. Com tais peculiaridades, a economia solidária incapaz de concorrer com as corporações capitalistas recorre ao *marketing* da solidariedade para criar mercado. Segundo Wellen, reforça-se o fenômeno da reificação, pois, “trata-se da relação coisificada entre pessoas, na qual não somente a mercadoria passa a ser tida como possuidora de capacidades humanas, como, dialeticamente, capacidades humanas são vendidas como sendo mercadorias” (WELLEN, 2008, p. 110). Opera-se uma substituição do trabalho (fator objetivo) como fator gerador do valor da mercadoria por características individuais (fator subjetivo).

A crise do capitalismo a partir da década de 1970 trouxe a “derrota do Socialismo na URSS” e o avanço neoliberal que culminou com a concentração de riquezas, empobrecimento massivo e eleição de partidos de centro esquerda como resposta aos malefícios do neoliberalismo em vários países, inclusive no Brasil. Por falta de projeto alternativo desses partidos, há a recorrência ao recurso das iniciativas solidárias (do início do pensamento social) e assim, a reunião das diversas iniciativas

governamentais e de origem popular, sob o signo de economia solidária. Como reflexo dessa nova materialidade ocorre a tentativa de teorização, apresentando a economia solidária para além de seu caráter emergencial como alternativa ao capitalismo, “ignorando a crítica marxista” (GERMER, 2006). Assim, Germer procede à refutação das teses de Paul Singer, em relação ao emprego da categoria marxista ‘modo de produção’ para designar a economia solidária, bem como de sua concepção das lutas operárias que Singer toma como história da própria economia solidária.

Para demonstração e desconstrução da “fantasiosa opinião” como classifica, resume as principais fases históricas das lutas proletárias contra o capitalismo mundial.

A primeira fase (até 1848), classificada por Marx e Engels como do Socialismo Utopico, caracteriza-se por traduzir as esperanças de todos os dominados de todos os tempos com diversidade de iniciativas revelando uma ainda falha consciência de classes e sem um projeto alternativo dos trabalhadores. Apóia-se em ações que vão desde ‘instintivas’ como depredação de máquinas às iniciativas organizacionais de produção e consumo, na forma cooperativada praticada por milhares de trabalhadores em resposta às crises industrialistas, e, orientadas por intelectuais classificados por Singer como “brilhantes” como Fourier, Saint Simon e Owen. Neste ponto, critica Singer, por enxergar nesse movimento “uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo”, uma antecipação à crítica de Marx colocando assim a economia solidária não como criação de algum intelectual, mas como resultado desse processo contínuo.

A base do equívoco se assenta sobre a desconsideração de Singer da separação entre as lutas práticas e a elaboração teórica da época, e, a redução destas à dimensão econômica apenas, abstraídas de suas relações estrutura-superestrutura, superadas somente em períodos seguintes. Tais aspectos caracterizam essa fase como utópica e não como revolucionária.

A segunda fase representa exatamente a superação da dicotomia entre a elaboração intelectual e lutas sociais pela concepção socialista (científica), com expressão da maturidade ou tomada de consciência de classe dos trabalhadores. O evento histórico característico desta fase foi a participação consciente do proletariado enquanto classe, nas revoluções de 1848.

A terceira fase corresponde ao período após a primeira guerra mundial a partir da revolução russa e com a sequência de conquistas revolucionárias e eleitorais do proletariado em diversas partes do mundo e a implantação

do socialismo real. Suprimiu-se a propriedade privada e transformou-se o Estado conforme ao novo modo de produção, sem dominação de classe.

Desfeitos os ‘engodos’ sobre a ‘história da economia solidária’, Germer demonstra que o cooperativismo (núcleo da economia solidária para Paul Singer), nunca representou “um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora” e, resgatá-lo como centro da luta dos trabalhadores com vistas ao socialismo, significa não um avanço, mas, um retrocesso à sua “infância como classe social”. Assim:

O surto de propostas utópicas nos moldes da ‘economia solidária’, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente, e neste sentido repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nestes momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas. O momento atual é mais dramático devido à inferioridade momentânea do socialismo revolucionário decorrente do fim da primeira fase histórica das lutas do proletariado pelo socialismo, iniciada em 1848 e concluída dramaticamente com a derrota, por fatores internos e externos, do socialismo soviético (GERMER, 2006, p. 5).

Portanto, a cooperativa de produção, embora tenha merecido destaque mesmo no âmbito do socialismo devido às inovações que insere no processo de organização da produção, tendo surgido como uma anomalia no seio do capitalismo e em contradição com este, não consegue se “constituir numa via de superação do capitalismo” como um novo modo de produção.

Além das críticas de Germer, ao discutir o tema da economia solidária no texto *“Economia Solidária e Trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda”* Adrianyce de Sousa e Daniela Neves situam o tema da economia solidária no Brasil como uma das ferramentas do Estado para a realização do ajuste econômico exigido pelo capitalismo atual. Para tanto, se exige, na macroeconomia, maior flexibilização das relações de trabalho, maior liberdade e desregulação ao capital ao mesmo tempo em que se busca, paliativamente, “combater” a pobreza e o desemprego, alarmantes no mundo segundo dados do PNUD,

atingindo 2,5 bilhões de pessoas com renda de até dois dólares por dia (SOUSA; NEVES 2011, p. 02) No âmbito da reestruturação capitalista pós 1970, a economia solidária contribui para com a contra-reforma no Estado Brasileiro e o ataque aos direitos trabalhistas e é serviçal do neoliberalismo.

Contrariando Singer (2000) que defende a economia solidária como “outro modo de produção” baseado em princípios de solidariedade, propriedade coletiva ou associada do capital e autogestão, ao invés da competição e da propriedade privada do capital e dos meios de produção, sustentam que “o atual padrão de acumulação põe em movimento um renovado processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, principalmente nos contextos de crise, incorporando na parte central de valor, modalidades de trabalho que aparentemente, seriam formas autônomas e independentes de trabalho” (SOUSA; NEVES 2011, p. 04). Resta ao Estado a tarefa de apoiar as iniciativas solidárias. Concordam com Singer, no entanto, a respeito do crescimento desses empreendimentos. Contudo, os vêem como consequência da pauperização popular.

A preocupação recai sobre o papel do Estado como um regulador histórico do trabalho e que ora atrelado aos objetivos do capital age formando uma base institucional, de informações e de visibilidade à economia solidária e ainda, com formulação de políticas acaba por fragilizar e confundir as organizações e a consciência de classe dos trabalhadores.

A “radiografia” da economia solidária no Brasil revelada por dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) até 2007 e colhido pelas autoras mostra que a maioria dos empreendimentos solidários atua no Nordeste e Norte (55,6%), as regiões mais pobres do país, sendo que a minoria das organizações é cooperativa: apenas 9,7%. A necessidade de se construir uma alternativa ao desemprego é a principal motivação para a criação dos empreendimentos (30,9%) e que 29,9% não conseguem faturamento algum (SOUSA; NEVES 2011, p. 8-9).

Por fim, as autoras ponderam que a economia solidária recompõe a ideologia burguesa com mistificações que fragilizam os trabalhadores e suas organizações e como uma “narrativa lírica” apaga as contradições entre capital e trabalho, no campo ideológico enquanto no campo factual, expõe números que se desdobram como fracasso econômico gerando emprego, mas não renda. Contribui para com degradação dos direitos trabalhistas e não pode compor uma estratégia de desenvolvimento para o país, por priorizar

setores primários ao invés de “um novo pacto social que destaque a criação de trabalho com ‘proteção social’ e ‘direitos’” (SOUSA; NEVES 2011, p.12).

Vêm-se os limites da economia solidária não apenas frente à necessidade de se compor como uma alternativa ao capitalismo como um *novo modo de produção*, mas também, como uma prática cujos elementos contenham algum valor a crescer no processo de emancipação do proletariado enquanto classe. Esses limites estão vinculados para alguns autores, à natureza da atividade cooperativa na economia solidária ao desconsiderar o capitalismo como uma totalidade capaz de determinar por sua lógica interna, ações alternativas pontuais que não estejam apoiadas no movimento de sua contradição principal, ou seja, na luta de classes. Para outros, o fato da economia solidária apostar principalmente, no ‘consumo solidário’ a coloca em situação de total submissão à lógica do capital, servindo apenas como *marketing* para criação de nichos de mercado ao tempo em que descaracteriza e desloca a luta dos trabalhadores para um campo infértil que em absoluto, vem precarizando as condições de trabalho pela auto-exploração e desregulação – objetivos estratégicos das grandes corporações capitalistas da atualidade e não dos trabalhadores.

### **Agroecologia: ‘outro arranjo produtivo’ ou um ‘novo paradigma’?**

Para este tópico tomaremos basicamente como referência a proposta de Sevilla Guzmán (2011; 2013). Seu esforço teórico busca aliar e compreender os movimentos concretos das práticas revolucionárias no contexto da modernidade e da contemporaneidade, com as elaborações críticas surgidas na Europa e nas Américas em contraposição à proposta ocidental eurocêntrica de desenvolvimento em geral e, “servir de apoio teórico à proposta de socialismo comunitário que está se desenvolvendo na Bolívia como consequência do processo aberto por Evo Morales<sup>4</sup>, em particular.

O empreendimento de Sevilla Guzmán, explicitado na obra “*Sobre las origenes de la agroecología em el pensamiento marxista y libertario*” busca fundamentos nas elaborações do Marx tardio “sobre as formações sociais pré-capitalistas” e visa demonstrar “o potencial do campesinato e das nações indígenas em transição para o socialismo na luta por superar o capitalismo

<sup>4</sup> Governo popular de orientação esquerdista, instaurado desde 2005, com a vitória do primeiro indígena eleito Presidente da Bolívia. Segundo Guzmán, o socialismo comunitário boliviano se funda a partir de sociedades pré-capitalistas; parte do potencial camponês e indígena para a transição ao socialismo aproveita as ‘vantagens do atraso’ a partir da Agroecologia.

a partir das ‘vantagens do atraso’, partindo portanto, da Agroecologia” (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 11).

A Agroecologia é tomada não num sentido que se restringe a ‘uma técnica’ ou ‘conjunto de técnicas produtivas’ ou, mesmo, ‘como uma ciência’ ou ‘conjunto de saberes científicos para a prática de uma agricultura sustentável’, formulações que frequentemente aparecem e que de certa forma já foram tratadas rapidamente no início deste trabalho. A Agroecologia ganha um sentido muito mais amplo “como crítica ao etnocentrismo (ou eurocentrismo) e ao cientificismo”. Para isso desenvolve-se uma postura “holística, totalizadora” pluriépistemológica que considera dois eixos principais para a análise: as lutas sociais autóctones latino-americanas e as lutas contra a homogeneização sociocultural da Modernidade.

Em um trabalho realizado pelo autor junto à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), este define a Agroecologia como:

Manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória. E isso mediante propostas participativas desde os âmbitos da produção e a circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam a encarar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 13).

A estratégia agroecológica, portanto, possui natureza sistêmica e parte da organização comunitária considerando o saber tradicional (indígena, quilombola, faxinalense, etc.), a biodiversidade, o desenho participativo, a melhoria socioeconômica e a sustentabilidade. Agrega o conhecimento científico a outras formas de conhecimento (biodiversidade sociocultural) com evidências empíricas e soluções específicas alcançadas nos últimos anos com nomes destacados da pesquisa em Agroecologia entre eles Altieri (1985); Rist y San Martín (1993); Gliessman (1990); Guzmán et al. (2000) e outros. Consiste em “revolucionar para depois reconstruir e transformar as estruturas societárias dominantes” pelo emprego de distintas cosmovisões subordinadas historicamente, mas, suscetíveis de serem resgatas pela Agroecologia e que são aplicáveis com sucesso à realidade local. É também nesse sentido que a Agroecologia se contrapõe ao neoliberalismo enquanto expressão da globalização econômica: a crise da ciência alinhada a esses processos

força o surgimento de nova epistemologia participativa e política local.

Como “um enfoque que valoriza e reivindica o conhecimento local, campesino e indígena” a Agroecologia contém diferentes perspectivas de investigação que segundo Sevilla Guzmán (2011) “responde ao que Michel Foucault denominou “a insurreição dos saberes submetidos que por sua vez responde aos conteúdos históricos gerados como consequência das múltiplas formas de resistência cultural”. Um de seus desafios consiste na superação da divisão disciplinar e epistemológica por um pluralismo dual: metodológico e epistemológico para que se possa contemplar a amplitude do enfoque da agroecologia que inclui desde os processos biológicos, tecnológicos, até os socioeconômicos e políticos. Ou seja, pergunta-se: que manejo? Por que tal manejo? A quem beneficia? Quem o escolhe? A quem serve e que forma de conhecimento permite realizá-lo?

O pluralismo transdisciplinar e pluriepistemológico avança em três níveis: (1) o Ecológico-produtivo; (2) o Socioeconômico local e (3) a Sociopolítica de transformação social utilizando-se de métodos e técnicas adequadas a cada nível (cf. SEVILLA GUZMÁN, 2013).

Esta ‘estratégia agroecológica’ comporta uma proposta que é a de recuperar (concomitantemente) o debate sobre o pensamento social agrário a partir das lutas emancipatórias, contrapondo o Marx ‘tardio’ aos marxistas ortodoxos e aos liberais (ambos contraditórios ao pensamento e à prática Agroecológica devido ao seu aspecto cientificista). O objetivo é fazer frente ao neoliberalismo a partir do socialismo comunitário (boliviano). No caso específico, as bases são o trabalho da AGRUCO<sup>5</sup> e as bases marxistas do projeto de Evo Morales.

Dentre os objetivos da Agroecologia estão a implantação de formas de desenvolvimento rural sustentável, alternativos ao industrialismo. Para rebuscar os processos históricos geradores de identidade e transformar um agroecossistemas em um etnosistema, Sevilla Guzmán (2011) retoma conceitos desenvolvidos por Alcira Argumedo (2001). A autora propõe uma incursão pela teoria social e pela história visando construir uma ‘matriz

<sup>5</sup>Centro Universitario da Universidad Mayor de San Simón de Cochabamba – Bolívia. AGRUCO, conforme seu site oficial “Es un centro universitario de excelencia en investigación participativa revalorizadora, formación posgradual e interacción social con comunidades indígenas, originarias campesinas y municipios que pertenece a la Facultad de Ciencias Agrícolas, Pecuarias, Forestales y Veterinarias de la Universidad Mayor de San Simón. Contribuye al Desarrollo Endógeno Sustentable, a partir de la agroecología, la revalorización de la sabiduría de los pueblos indígenas originarios campesinos y el diálogo intercultural e intercientífico. **Fonte:** <http://www.agruco.org/agruco/quiacnes-somos>.

autônoma’ de pensamento com valores de orientação nacional e popular ao tempo em que procede a crítica ao pensamento ilustrado por meio de um estudo comparativo entre alguns autores centrais e latino-americanos. Para Argumedo (2001), o conceito ‘matriz sociocultural’ se contrapõe à idéia de ‘paradigma’ (na acepção Kuhniana) e, nesse sentido às idéias de liberalismo e de socialismo. Isto remete à necessidade de se fazer a crítica das instituições que atuam no sepultamento dos saberes tradicionais anti-hegemônicos e reencontrar os enfrentamentos teóricos a essas mesmas instituições e práticas. O resgate dos ‘saberes submetidos’, de caráter particular, local, incapaz de unanimidade, aplicados à realidade latino-americana pode desenhar os ‘contornos da identidade sociocultural’ latino-americana.

Os autores promovem uma comparação entre autores-chaves europeus com autores latino-americanos, onde se evidenciam duas matrizes socioculturais: uma europeia e outra latino-americana. A primeira amparada em um paradigma científico (nos termos de Kuhn) e a segunda de pensamento popular e com perfil autônomo. Mas, qual o critério para a legitimidade e relevância da memória e do saber popular e seu valor teórico-conceitual? A referência segue:

Se milhões de homens e mulheres durante gerações as sentiram como próprias, ordenaram suas vidas ao redor delas e demasiadas vezes encontraram a morte ao defendê-las, essas idéias são altamente relevantes para nós, sem importar o nível de sistematização e rigorosidade expositiva que tenham alcançado (ARGUMEDO, 2001, p. 10, apud SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 29).

Não há, de fato, nenhum critério válido para que se atribua maior valor ao conhecimento acadêmico em relação ao popular. Porém, ante as condicionantes históricas, econômicas e culturais, nenhuma dúvida resta sobre a supremacia do pensamento de Immanuel Kant em relação ao seu contemporâneo Tupac Amaru, como aponta Alcira Argumedo. São as consequências dessa sobreposição manifestas nas “atuais condições mundiais e continentais” que conferem maior importância para a América Latina (e para o mundo) do pensamento latino-americano marginalizado em perspectiva do futuro.

Mas, a grande novidade do ‘movimento de movimentos’, é o levante socialista indígena que nas últimas décadas tem sido o responsável pelo crescimento do campesinato no mundo e da afirmação de sua identidade com



resistência, organização, recuperação de variedades (sementes) submetidas ou perdidas, como resultado de sua atuação. A Agroecologia recobra sua dimensão tecnológica a partir da prática de milhares de agricultores e do estudo, pesquisa e extensão de universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas de agricultores. Na dimensão sociopolítica, destaca-se a materialização do projeto de socialismo comunitário “através do Movimiento Al Socialismo (MAS), que na atualidade está tratando de implementar-se a partir do governo de Evo Morales” (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 50). Há, portanto, um confronto direto entre a homogeneidade forçada pela matriz sociocultural europeia formada por crioulos elitistas que nega as etnicidades latinoamericanas, “controla as bases legais e morais das formas históricas de dominação política” e gera insustentabilidade, frente à heterogeneidade sociocultural das classes oprimidas portadoras de cosmovisões e catolicismo popular que se firmam a partir da década de 1990 contra a globalização e o neoliberalismo.

Sevilla Guzmán baseia-se nesse resgate sociocultural para situar a Agroecologia contra “o falso discurso científico que legitima a agricultura industrializada, difundindo a biotecnologia como paradigma hegemônico e proclamando a necessária prioridade dos cultivos transgênicos” (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 51). Portanto, Agroecologia como um “legado Marxista e libertário” apresenta-se como uma nova matriz sociocultural (ou paradigma) para, a partir da diversidade e soma de movimentos e práticas, da afirmação do camponês como agente revolucionário e, desde a periferia e os saberes subjugados pela ciência moderna, erigir novos horizontes para a humanidade, configurando-se como um novo projeto de civilização e de sustentabilidade.

## **Estratégia e tática: a relação entre Agroecologia e Economia Solidária**

Há uma estreita relação entre as práticas que seguem os princípios da economia solidária e a vivência da agroecologia. Conforme debatemos nos tópicos anteriores, os limites da Economia Solidária concebida nos termos propostos por Singer (2000; 2002) e apontados por seus críticos, tais como Sousa; Neves (2011); Germer (2006) e Wellen (2008) residem no fato de que não teria a Economia Solidária condições materiais de fazer frente ao modo de produção capitalista devido à sua “ineficiência produtiva” e “alta dependência de subsídios públicos orientados para a fragilização do trabalho

em sua relação com o capital”; devido à sua “ocorrência em períodos intersticiais do capitalismo (períodos de crises) como sub-economia” e por seu “caráter idealista ou utopista que aposta na autodeterminação individual e moral para a orientação do ato de consumir, frente ao poderio dos oligopólios”. Em resumo: a economia solidária restaria subsumida ao modo de produção capitalista, não representando a este qualquer ameaça e, até mesmo servindo como reforma frente às crises que acabam por garantir-lhe a continuidade.

Contudo, conforme Gaiger (2003) o uso da categoria “modo de produção” pode ser proposto tomando-a num sentido mais amplo compreendendo as interrelações existentes entre o modo de produção, o modo *material* de produção e os “arranjos sociais do processo de trabalho”. O autor recorre a estudos da teoria marxista realizada por Godelier, salientando que o *modo material de produção* é uma condição preliminar para a instauração de um novo *modo de produção* (tomado como totalidade histórica), pois, permite “subverter as instituições” da antiga ordem social, promovendo “a alteração profunda da apropriação da natureza (que) é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social” (GODELIER 1981, p. 177-8, apud GAIGER, 2003, p. 4). O modo de produção contém uma forma social própria, um conjunto de relações sociais que permeiam a produção, circulação e consumo, das quais depende para se instalar e se manter (se reproduzir).

Nesse segundo sentido atribuído à economia solidária, com base nessas categorias, poder-se-ia diferenciar formas de organização do trabalho com potencial de se constituir em força transformadora no seio do capitalismo como nova forma social e modo material de produção, de formas produtivas subsidiárias ou até tributárias (ao capitalismo). Exemplos da segunda forma são os arranjos da economia camponesa frente ao capitalismo ou experiências que se desenvolvem em interstícios do mesmo. Embora ambas ocorram naturalmente e com frequência, Gaiger questiona sobre como atua o Capitalismo enquanto “pano de fundo” da ocorrência dessas formas e, de outro lado, “como essas formas podem encetar movimentos de alargamento de seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital” (GAIGER, 2003, p. 7), pois, relações típicas e atípicas em relação ao modo de produção dominante podem ocorrer e se acomodar no seu interior. Inovações na empresa capitalista como a flexibilização de horários e local de trabalho e a condição da produção camponesa exemplificam essas relações.

Como uma economia subsumida ao capitalismo, tanto do ponto de vista formal, quanto técnico, a economia solidária carece de um alicerce ou fundamento que atue como pano de fundo capaz de subverter a lógica de desenvolvimento do capital em todas as dimensões e que partindo de suas contradições e limites insolúveis por sua lógica, possam, com maior espaço de tempo, superá-lo. Isso precisa ocorrer, antes, porém, que tenha provocado o colapso ecológico planetário já anunciado.

Porém, a mudança não costuma ser linear e apressada. Ao contrário, “requer deficiências estruturais críticas, insolúveis no quadro do sistema existente, aliada a uma nova reunião de elementos, formando um todo coerente, capaz de se reproduzir e de impor sua lógica reprodutiva ao sistema social” (GAIGER, 2003, p. 10). Há, no entanto, segundo o autor, razões para se admitir a possibilidade de que a passagem para outro modo de produção pós-capitalista possa resultar de ação deliberada, devido, sobretudo ao avanço do conhecimento e das próprias forças produtivas. Lições podem ser tiradas do processo de transição do modo feudal para o capitalista, cujos elementos foram descritos por Marx apontando as transformações nas relações sociais sobre a mesma base material e técnica que acabaram por subsumir o trabalho ao capital, sendo que por fim, a base material e cultural também seria transformada gradativamente, decretando o triunfo da forma capitalista sobre as demais.

Portanto, se, por um lado alguns autores vêm na economia solidária em relação ao capitalismo mais uma relação de complementaridade do que de oposição, tais características não a colocam em posição antagônica à agroecologia, desde que ambas formem um todo coerente: enquanto a economia solidária serve à tática, a agroecologia constitui a estratégia para a superação do capitalismo e a garantia da sustentabilidade e da equidade social e econômica, sem dominação cultural ou de qualquer natureza.

## Conclusões

A Agroecologia possui uma base material constituída por territórios, saberes populares, tradicionais e científicos, populações, etnias, teorias, princípios e práticas que não se submetem (ou se submetem apenas parcialmente) ao paradigma hegemônico. Tais elementos compõem uma antítese ao Capitalismo e seus aparatos. Possui, porém, inúmeras vantagens (e algumas desvantagens) em relação às ameaças ao planeta e seus passageiros promovidas pelo poderio econômico dos oligopólios

que pressupõem o avanço das práticas mercantilistas e predatórias sobre regiões cada vez mais amplas do globo, incluindo comunidades, recursos biológicos e territórios tradicionalmente isolados em relação ao centro econômico mundial.

Sob o capitalismo, a cultura, a ciência, as práticas e costumes milenares passam por ligeiras transformações dando origem a sincretismos, formas desprovidas de conteúdo local e subordinadas a interesses externos. Por outro lado, seu movimento contraditório possui a possível solução para as questões que hoje são dilemas para o capitalismo e para a humanidade. Dilemas esses tocados apenas em sua epiderme nas Conferências sobre o clima ou nos Fóruns Econômicos mundiais.

O modo de produção capitalista consegue sobrepor-se aos empreendimentos solidários e até os utiliza como remendo em função de sua continuidade histórica em momentos de suas crises estruturais ou provocadas, mantendo ou aumentando a taxa de exploração da mais-valia por meio da auto-exploração articulada ao movimento de realização geral do capital no mundo. Não poderá, contudo, subsumir totalmente a Agroecologia visto que isto significaria o colapso total da raça humana, das outras formas de vida e do planeta, devido à sua incapacidade de resolução de suas contradições ligadas essencialmente à questão social e à questão ambiental e com reflexos diretos sobre as demais dimensões.

A agroecologia nascida da periferia do modo de produção hegemônico (a América Latina), aliada à Economia Solidária, nascida no centro como uma das tentativas de superação das grandes questões derivadas do controle privado da economia e, a partir daí dos demais recursos, entrelaçando-se como estratégia e tática, apresentam-se como horizonte possível frente ao grande desafio da humanidade depois da depredação extremamente adiantada da biota: a sustentabilidade.

## Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do**

**desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre, 2004.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. – 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia da economia política de Marx.** Ecosocialismo ou barbárie (via O Comuneiro). Disponível em: <[HTTP://racismoambiental.net.br/2013/05/a-ecologia-da-economia-politica-de-marx-por-john-bellamy-foster-leitura-essencial/#more-103760](http://racismoambiental.net.br/2013/05/a-ecologia-da-economia-politica-de-marx-por-john-bellamy-foster-leitura-essencial/#more-103760)> Acesso em: 20/09/2016.

GAIGER, Luis Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GERMER, C. A. **A “economia solidária”: uma crítica marxista.** Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, nº 14, 2º sem. 2006, PP. 193-214.

KATHOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología em el pensamiento marxista e libertário.** La Paz-Bolívia: Agruco/Plural Editores/Center for Development ans Environment/NCCR, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **El despliegue de la sociología agraria hacia al agroecología.** Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible, p. 85-109. Abril, 2013 – n. 10.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** 1ª Edição – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Adrianycy e NEVES, Daniela. **Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda.** CODE 2011: Anais... do I Circuito de Debates Acadêmicos.

WELLEN, Henrique A. R. **Contribuição à crítica da ‘economia solidária’.** Revista **Katál. Florianópolis** v. 11 n. 1 p. 105-115. Janeiro/junho de 2008.